



EDITORIAL



Mapeando identidades e sexualidades dissidentes

É com alegria que colocamos no ar o número 2, volume 12, 2026, dos **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Finalizar um número dos Cadernos é sempre um imenso desafio e um complexo trabalho de equipe que envolve não apenas a equipe editorial, mas dezenas de autoras, autores e pareceristas.

Publicamos neste número 22 textos, organizados em 7 seções: 3 artigos na seção de artigos gerais, 5 artigos na seção temática sobre variadas temáticas LGBTQIA+, uma entrevista, um dossiê específico sobre a questão trans com 8 artigos, 3 ensaios, 1 relato de experiência e 1 revisão narrativa. Trata-se de um conjunto significativo da produção atual brasileira no campo dos estudos de gênero e sexualidade.

Iniciamos este número com 3 artigos centrados em questões de gênero. O primeiro, intitulado “**Mulheres na Computação: uma análise dos fatores de ingresso e permanência**”, de Ana Carolina Barbosa dos Santos e Viviane Cristina Oliveira Aureliano, investiga os fatores que influenciam o ingresso e a permanência das mulheres na área de Computação, identificando seus desafios e estratégias. Trata-se de uma pesquisa que articula metodologias quanti-qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas com 20 estudantes do gênero feminino na área de Computação, que revelaram determinantes para o sucesso das mulheres na computação. Destacamos o apoio familiar, a afinidade com a tecnologia, motivações financeiras, flexibilidade e o fortalecimento por meio de redes de apoio. Trata-se de um artigo pioneiro na análise da presença e desafios das mulheres na computação que incita a se construir estratégias institucionais para aumentar a representatividade feminina das mulheres neste campo de conhecimento.



O segundo artigo, **“Imigração de Mulheres Haitianas: um olhar para o caso da reunificação familiar”**, de Sandra Buaski, Maria de Lourdes Bernartt e Franciele Clara Peloso, analisa, a partir de entrevistas com 10 mulheres haitianas, residentes na cidade de Pato Branco-PR, as dificuldades e desafios que elas enfrentam para efetivar a reunificação familiar. O artigo mostra que os principais desafios enfrentados dizem respeito às dificuldades de conseguir emprego, ao domínio da língua portuguesa e à busca de moradia, critérios importantes para a concretização da reunificação familiar, tão desejada por elas.

O terceiro artigo, **“Narrativas distópicas e letramento de gênero: contribuições para o ensino de Biologia na Educação Básica”**, de Carla Karine Oliveira Martins, Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes, Suziele Galdino Batista, Keissy Carla Oliveira Martins e Vera de Mattos Machado, parte de duas obras literárias - “O Conto da Aia” (1985) e “Os Testamentos” (2019), de Margaret Atwood, para investigar como as temáticas sexualidade, reprodução e direitos reprodutivos são abordadas no ensino de Biologia. Com metodologia teórico-qualitativa, a pesquisa examina como os romances evidenciam dinâmicas de poder e opressão, articulando paralelos entre contextos históricos e desafios contemporâneos. O texto mostra também o quanto crises sociais e moralidades religiosas fundamentalistas podem ser instrumentalizadas para legitimar controle e subordinação dos corpos femininos e sugere uma metodologia centrada em narrativas literárias para desconstruir discursos presentes no ensino de Biologia e contribuir para práticas pedagógicas críticas e emancipadoras.

Na continuidade, temos uma seção temática sobre **questões LGBTQIA+**. Fernanda Nascimento, em seu artigo **“Sapatões: produções de masculinidades e práticas de recepção midiática”**, baseada em estudos culturais e queer, investiga as produções de masculinidades em mulheres lésbicas a partir da análise de práticas de recepção midiática. Partindo do argumento de que as tecnologias de gênero intermediam a produção e regulação de identidades de sexo/gênero, a autora observa que as interlocutoras se identificam como sapatão, homossexual, mulherzinha, lady, gay ou machorra e que estas categorias têm forte relação sobre como a mídia

retrata as lésbicas contemporaneamente. O artigo mostra o quanto a mídia tem papel significativo na formação de identidades sapatão e que há um rechaço na feminilidade anatômica no modo como a masculinidade se constitui para o grupo pesquisado.

Saptarshi Bairagi traz uma importante contribuição queer, com abordagem feminista interseccional decolonial do Sul Asiático, aos estudos sobre movimentos LGBTQIA+ em seu artigo **“Indian Queer Liberation Movement: Understanding through Mythology, Religion, History and Contemporary Socio-Legal Scenario”** (“Movimento de Libertação Queer na Índia: Compreensão através da mitologia, religião, história e cenário sócio-jurídico contemporâneo”). Com base em seis anos de trabalho etnográfico multi situado em Kolkata e Delhi, a autoria reflete sobre como minorias de gênero e sexualidade na Índia negociam as demandas de reconhecimento legal, legitimidade cultural e solidariedade de base em um contexto sociopolítico marcado por desigualdades de casta, classe, língua e religião. Seu texto mostra a importância da dimensão mitológica - baseada em tradições hinduístas, islâmicas, budistas e jainistas - nas demandas do movimento de libertação queer na Índia. Por fim, o texto aborda a contribuição jurídica do movimento, ao demonstrar como as pluralidades de gênero foram sistematicamente criminalizadas sob o domínio colonial britânico por meio da Seção 377 do Código Penal Indiano (1861) e da Lei das Tribos Criminosas (1871), legados que persistiram na Índia pós-colonial até a decisão histórica de descriminalização da Suprema Corte em 2018. Ao traçar o percurso do ativismo queer desde a Kolkata Friendship Walk de 1999 até as mobilizações atuais do movimento na Índia, o artigo conclui que uma libertação queer efetiva exige estruturas políticas anticasteístas, anticapitalistas e interseccionais, que estão enraizadas em práticas de organização de base, em oposição à perspectiva homonacionalista urbana elitizada que prevalece em determinadas correntes do movimento queer na Índia.

Daniel Kveller, em **“Neutralidade e afirmatividade na clínica com a população LGBTQ+: reflexões psicanalíticas”**, traz uma reflexão sobre as tensões éticas e práticas que atravessam a psicanálise no atendimento à população LGBTQ+ no Brasil. O autor analisa como o surgimento de terapias afirmativas põe em xeque o princípio de neutralidade que historicamente orientou o campo da Psicanálise. O



texto inicia com uma breve discussão sobre as terapias afirmativas e seus princípios; em seguida faz uma crítica aprofundada da noção de neutralidade na psicanálise; e, por fim, traz considerações sobre alternativas conceituais na história da psicanálise que possibilitam pensar em uma clínica mais envolvida com seu contexto sócio-histórico atual, que denomina de “clínica afirmativa”.

Rafael De Tilio e Maria Clara Zanon Murarolli, em **“Sentidos atribuídos ao outness e coming out de jovens bissexuais”**, refletem sobre as discriminações e violências que vivem pessoas bissexuais e com orientações sexuais que fogem da heteronormatividade e do monossexismo, a partir da perspectiva da Psicologia Social. O autor e a autora analisam os sentidos e as consequências da visibilização da bissexualidade, através do outness e do coming out de 8 jovens universitários entrevistados. O artigo se estrutura em 4 eixos temáticos: o termo; a descoberta e a rede de apoio; a liberdade; os estereótipos. Conclui que há aspectos positivos vivenciados por jovens bissexuais, como a sensação de liberdade pessoal e nas relações interpessoais, mas também sofrimentos como invisibilidade, estereótipos de fase, confusão e descredibilidade.

Beatriz Nogueira da Silva, Luís Antonio Groppo, Fernanda Milan de Carvalho, Gislene da Silva e Yasmin Antonia da Silva Oliveira, em **“Ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ nas Jornadas de 2013: experiências políticas e performatividade de assembleia”**, analisam experiências de ativistas e militantes LGBTQIAPN+ no ciclo de protestos, conhecido como “Jornadas de 2013” no Brasil. Partindo de revisão bibliográfica, o artigo analisa 37 entrevistas feitas com ativistas e militantes de coletivos e organizações progressistas das Jornadas – destacando, entre tais, 14 pessoas que são LGBTQIAPN+. O artigo destaca a relevância da Parada LGBT na latência das Jornadas de 2013, inspirando pautas secundárias como o rechaço ao projeto de “cura gay”, e pela renovação de táticas política no interior do movimento LGBTQIAPN+. Concluem que, embora esta presença não apareça nas pautas do movimento, as mobilizações permitiram o fortalecimento de movimentos identitários, e, notadamente, a maior presença de pessoas e pautas LGBTQIAPN+ em organizações políticas progressistas e em mandatos eletivos nos anos

seguintes.

Na **seção de entrevistas**, trazemos o perfil de Mãe Barbarah. O diálogo, conduzido por Nelson Lellis, é intitulado “**Mulher trans, preta, brasileira e de periferia: entrevista com Mãe Barbarah**”. Nele, reflete-se sobre transformações recentes no campo religioso brasileiro, especialmente no que concerne à reconfiguração das pertencas religiosas e ao crescimento das religiões de matriz africana. Ao apresentar a trajetória de Mãe Barbarah — mulher trans, preta, oriunda da periferia e Ialorixá no município de Serra (ES) — o texto evidencia as complexas articulações entre raça, gênero, classe e religiosidade no Brasil, oferecendo uma narrativa que questiona leituras simplificadoras a respeito de identidade e pertencimento. Ao longo da entrevista, delineia-se uma experiência de vida marcada por deslocamentos, rupturas e reconstruções, que atravessam tanto o campo religioso quanto o social. A trajetória de Mãe Barbarah, que transita de um contexto evangélico pentecostal para o candomblé, revela não apenas processos de exclusão — incluindo violência familiar, marginalização e prostituição como estratégia de sobrevivência —, mas também formas potentes de agência e ressignificação. Sua atuação como liderança religiosa, assistente social e articuladora de iniciativas como o projeto “Emprega Trans” amplia o escopo da discussão ao evidenciar o papel das comunidades religiosas como espaços simultâneos de acolhimento, disputa e transformação. Nesse sentido, a entrevista contribui de modo significativo para debates contemporâneos sobre identidade, intolerância religiosa, inserção social de pessoas trans e o potencial das religiões de matriz africana na construção de práticas inclusivas e políticas de cuidado.

Articulado com a entrevista de Mãe Barbarah, trazemos **o dossiê sobre questões Trans** - um dos temas mais presentes nas contribuições que recebemos desde que assumimos a coordenação editorial dos Cadernos - em 2024. O dossiê aqui presente contou com o importante apoio editorial de Guilherme Lampezi Thomazi e Simone Avila, que avaliaram, comentaram e dialogaram com algumas dezenas de autoras e autores ao longo dos últimos 6 meses.



O dossiê se inicia com o artigo **“Parlamentares trans no jornalismo independente: análise da cobertura em AzMina, Catarinas e Gênero e Número”**, de Geovane Pereira da Silva e Edgard Patrício, que analisam conteúdos jornalísticos com perspectiva de gênero sobre as deputadas federais Erika Hilton (PSOL) e Duda Salabert (PDT), publicados por três veículos jornalísticos independentes: *AzMina, Catarinas e Gênero e Número* - a partir da eleição de 2022. Com base na metodologia de análise de conteúdo, foram estudados textos nos quais as parlamentares são citadas e estes foram classificados em três categorias: a) representatividade e participação política de grupos minorizados; b) disputas legislativas e agendas políticas identitárias; c) violências políticas e discriminatórias. O artigo conclui que a cobertura evidencia a proeminência das pautas de Direitos Humanos e de representatividade trans na atuação legislativa das duas deputadas.

Edmarcius Carvalho Novaes, Gabriel da Cruz Ventura, Suely Maria Rodrigues, Maria Celeste Reis Fernandes de Souza e Maria Terezinha Bretas Vilarino analisam em **“De onde vem tanto ódio?”: análise da violência e assassinato de corpos-territórios de travestis e transexuais no Brasil em 2024**” violências e assassinatos de pessoas travestis e transexuais no Brasil no ano de 2024, sob a perspectiva do conceito de *corpo-território*. A partir de dados obtidos em relatório de 2024 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), referentes à violência e assassinatos de pessoas trans, foi observada uma maior frequência na faixa etária entre 18 e 29 anos; que os espaços públicos foram os cenários onde mais ocorreram violências, com destaque a episódios noturnos. O artigo conclui que a violência é sistemática e enraizada em estruturas sociais discriminatórias, que produzem uma violação de corpos físicos e de espaços sociais e políticos ocupados por essa comunidade. Por fim, assinala a necessidade de políticas públicas efetivas para combater essa realidade.

O artigo **“Corpos em trânsito, vidas em luta(o): cartografias de resistência de travestis brasileiras”**, de João Henrique de Sousa Santos, Ludmila Lima Arantes, Thiago César Carvalho dos Santos, Pedro Henrique Araujo Nunes, Isabella Campos Freitas D’Ávila, Cintia Maria Teixeira, Patricia de Souza Oliveira e Ravi Zanolla Cláudio, faz uma

cartografia de experiências de resistência de travestis brasileiras profissionais do sexo residentes no Brasil e na Europa, analisando estratégias cotidianas de enfrentamento da morte. Foram entrevistadas 7 travestis em espaços significativos para elas, como ambientes de trabalho, residências e locais de militância. As narrativas, centradas em afetos, deslocamentos e modos de existência evidenciam que, embora atravessadas por violências estruturais, essas trajetórias produzem redes de cuidado, constroem condições materiais e subjetivas de reconhecimento e operam deslocamentos geográficos e estéticos como formas de afirmação da vida.

O artigo **“Empregabilidade e trabalho para mulheres trans: experiências à luz da Teoria Queer”**, de Cristiano Parra Duarte e Milena Almeida, analisa a inclusão de mulheres transexuais no mercado de trabalho, visando compreender como as normas de gênero e sexualidade vigentes moldam suas trajetórias profissionais. Por meio de entrevistas não roteirizadas, a autoria documentou suas trajetórias educacionais e profissionais, mapeou suas áreas de atuação profissional e analisou suas vivências cotidianas e relações que mantêm em seus locais de trabalho. A pesquisa mostrou que a discriminação sistêmica limita o acesso ao mercado de trabalho formal, levando com frequência muitas pessoas à prostituição compulsória. No entanto, o nível de escolaridade pode ampliar as oportunidades, mesmo que persistam barreiras institucionais e a transfobia. As entrevistas destacam ainda que a “passabilidade” influencia diretamente na inclusão dessas mulheres, perpetuando padrões de exclusão de corpos que não se adequam a determinados padrões sociais. Por fim, assinalam a urgência de políticas públicas que garantam condições de igualdade para mulheres trans e combatam práticas discriminatórias, visando a integração delas em ambientes formais de trabalho.

Em **“Transição de gênero na conjugalidade”**, Maria Luísa Tessarollo Xavier e Isabel Cristina Gomes refletem sobre a transição de gênero na conjugalidade a partir do relato auto-biográfico da ativista Letícia Lanz no livro *A construção de mim mesma: história de uma transição de gênero (2021)*. Partindo de uma perspectiva psicanalítica sobre vínculos em articulação com os estudos psicossociais o artigo analisa a história de Letícia Lanz e seu processo de (trans)formação a partir da conjugalidade, enfatizando os vários modos de “ser casal” na



contemporaneidade, onde o padrão da cisheteronormatividade prevalece.

Em **“TransVerso (2015): uma leitura Queer e Quare sobre-vivência de mulheres trans e travestis de/em Maringá (PR)”**, George Rodrigues Muniz e Geniane Diamante Ferreira Ferreira analisam narrativas de seis mulheres trans e travestis da cidade de Maringá-PR que dão depoimentos no curta-documentário *TransVerso* (2015). Ancorado em teorias queer e na analítica Quare, o estudo mostra como as sujeitas-narradoras constroem sentidos sobre suas experiências cotidianas de (re)existência em uma sociedade marcada pela transfobia, pelo racismo e pela exclusão social, sobretudo no interior paranaense. As narrativas revelam trajetórias de luta, afirmação identitária e produção de humanidade, nas quais a reivindicação do reconhecimento enquanto sujeitas de direito configura-se como gesto político e epistemológico de enfrentamento ao CISTema, afirmando modos de existência e sobre-vivência.

Ariane Senna, em **“Sobreviver não é viver: Transfobia, Mandonismo e as Heranças do Pensamento Social Brasileiro”**, investiga os impactos da transfobia a partir do pensamento social brasileiro. Articulando os conceitos de mandonismo, colonialidade e subalternização dos corpos dissidentes de gênero, o artigo analisa como os processos históricos de colonização, escravização e autoritarismo estruturaram e continuam estruturando a marginalização de mulheres trans e travestis no Brasil. Articulando experiências pessoais da autora com autores como Lilia Schwarcz, Roberto DaMatta e Machado de Assis, o texto mostra como o projeto colonial moldou subjetividades, naturalizou desigualdades e consolidou uma cultura de mando e obediência que persiste na contemporaneidade.

O artigo **“Caminhos da Transição: a influência da aceitação familiar no bem-estar e saúde mental de universitários transgênero”**, de Anna Caroline dos Santos Blasius e Paola Rodegheri Galeli, reflete sobre a importância da aceitação familiar para o bem-estar e a saúde mental de universitários transgênero durante o processo de transição. A pesquisa foi realizada com cinco estudantes, quatro homens trans e uma pessoa trans não-binária, com idades entre 18 e 25 anos, matriculados em uma universidade pública do sul do Brasil. A análise

dos depoimentos mostrou que, primeiramente, a aceitação familiar é um processo longo, atravessado por silêncio, negação do nome social e pela invisibilização da identidade de gênero trans ou não binária de filhe. Este processo se dá pela rejeição, silenciamento e violência através de microagressões, humilhações veladas e ausência de diálogo. Para enfrentar a rejeição familiar es jovens buscam apoio em redes externas de amigos e colegas. Em contrapartida, vínculos afetivos estabelecidos com amigos, pares trans e coletivos LGBTQIA+ atuam como redes protetivas, funcionando como “famílias escolhidas” e promovendo reconhecimento, pertencimento e resiliência emocional. A falta de suporte familiar leva ao sofrimento psíquico, expresso em ansiedade, tristeza profunda, automutilação e ideação suicida. Conclui-se que a saúde mental de universitários trans é diretamente impactada pelo reconhecimento e acolhimento familiar, como fatores essenciais de proteção emocional e fortalecimento de sentimento de dignidade. Políticas institucionais e práticas afirmativas de cuidado são essenciais para garantir condições dignas de existência a pessoas trans.

Três **ensaios** dão continuidade à temática trans e LGBTQIAPN+. No primeiro ensaio, Vladimir Bezerra, em **“Violência e Subjetividade: relações entre o transfeminicídio e o conceito de sintoma em psicanálise”**, defende a hipótese de que a violência - para além de uma questão histórico-social - está profundamente entrelaçada com dinâmicas inconscientes do ser humano e que o transfeminicídio é um fenômeno que transcende a dimensão puramente social, de base imperial-colonialista-patriarcal, inscrevendo-se também no campo das subjetividades.

No segundo ensaio, Rodrigo Lima Bandeira, Inara da Silva de Moura, Amanda Roberta Fonsêca do Nascimento e Ana Patrícia Pereira Moraes analisam processos de discriminações e violências vivenciados no campo da saúde por pessoas LGBTQIA+, em **“A saúde como cenário da LGBTfobia: violências, barreiras e lutas no atendimento à população LGBTQIAPN+”**. Com base no conceito de LGBTfobia, de dispositivo da sexualidade de Michel Foucault e pela lente da interseccionalidade, o trabalho examina a LGBTfobia presente no acesso e assistência à saúde. O autor e as autoras mostram como práticas discriminatórias, carregadas de uma lógica necropolítica e cisheteronormativa, criam duas categorias de sujeitos: legítimos e



subalternos. Concluem que o campo da saúde é cenário de disputa política e que corpos LGBTQIA+ são descartáveis e que é fundamental lutar por um sistema de saúde mais inclusivo e diverso de assistência à população LGBTQIAPN+ no Brasil.

Por fim, apresentamos o texto “**Reflexões psicanalíticas sobre o filme Moonlight: sob a luz do luar**”, de Daniel Péricles Arruda. Neste ensaio, embarcamos em uma viagem ao universo interno de Chiron, descobrindo com o personagem novas perspectivas para seus processos de identificação. Aqui, vemos sua vida narrada e, ao mesmo tempo, refletimos sobre as relações étnico-raciais, educação, sexualidade e convivência familiar em um bairro periférico de Miami/EUA. Sujeito e cultura se encontram na análise dos desejos de Chiron.

Na seção **Relato de Experiência**, Caio Henrique Inácio Ferreira e Benedito Rodrigues dos Santos relatam o processo de concepção, execução e análise do **Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília (2025)**. O planejamento e acompanhamento de ações voltadas à inclusão ganha novo significado social e político, a partir da pesquisa e redação do documento, driblando a antiga ausência de dados sistematizados sobre essa população. O trabalho descreve em detalhe tanto o percurso metodológico adotado quanto os cuidados éticos envolvidos. A partir dos resultados, foi destacada a diversidade de identidades de gênero, a predominância de pessoas não binárias entre as respondentes e a expressiva demanda por banheiros agêneros.

Finalmente, neste número, temos a seção **Revisão Narrativa**, com texto de Gabriela Garcia de Carvalho Laguna, Letícia Defensor da Silva Santos e Adriano Maia dos Santos, que descrevem a assistência à saúde da população transgênero brasileira, utilizando trabalhos publicados nas bases de dados Periódicos CAPES, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e *Scientific Electronic Library Online*. Com isso, foi obtido um panorama da assistência à saúde da população trans, incluindo avanços e conquistas, limitações e desafios, bem como repercussões da pandemia da COVID-19.

Este número marca a transição da equipe editorial, com o afastamento de Priscilla Gusmão, que teve importante papel na editoria

Miriam Pillar Grossi.
Izabela Liz Schlindwein.
Juliana Cavilha.
Bruna Domingues de Souza.
Guilherme Lamperti Tomazzi.
Simone Avila.

495

dos Cadernos de Gênero de Diversidade em sua transferência editorial da UFS para a UFSC em 2024 e a entrada de Bruna Domingues em seu lugar a partir de abril de 2026. Agradecemos a significativa contribuição de Priscilla nos 20 meses em que esteve à frente do apoio editorial e damos boas vindas à Bruna, que já está atuando neste número.

Editoras deste número:

Miriam Pillar Grossi - Coordenação Editorial
Izabela Liz Schlindwein
Juliana Cavilha
Bruna Domingues de Souza - Apoio editorial
Guilherme Lamperti Tomazzi e Simone Avila - Editoria do Dossiê sobre questões trans